

S.G. SOCIEDADE AGRÍCOLA DE SANTA GERTRUDES LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação N° 42005355, válida até 25/04/2019, para extração de Argila, sito à FAZENDA SANTA GERTRUDES, ZONA RURAL, SANTA GERTRUDES/SP.

INDUSTRIA DE CERAMICA PALMITAL LTDA - ME, torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para fabricação de tijolos cerâmicos ou de barro cozido - exceto refratário, sito à Rua Leonelo Cobianni, 345, Bairro Parana, Palmital/SP.

THIAGO CARVALHO DE MELO, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 4003592 para Combustíveis e lubrificantes para veículos comércio varejista, sito à RUA XV DE NOVEMBRO, 811, CENTRO, CRAVINHOS/SP.

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso

CNPJ nº 61.699.567/0013-26

Nota da Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso.**

Relatório da Administração
Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2015 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, so-

cial e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermei-

ros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2016. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.**

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
ATIVO	2015	2014
Ativo Circulante	61.435.989,37	39.939.415,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	53.324,64	295.886,26
Caixa	0,00	0,00
Bancos conta movimento (nota 3.1)	1,00	71.337,57
Aplicações Financeiras (nota 3.1 e 3.2)	53.323,64	224.548,69
Clientes	59.371.947,41	37.864.551,24
Prefeitura Município de Guarulhos (nota 3.3.1)	29.050.293,29	9.600.000,00
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (nota 3.3.2)	11.695.967,01	11.362.981,81
Valores em Negociação - Convênio (nota 3.3.3)	18.625.687,11	16.901.569,43
Outros Créditos	937.957,57	476.048,20
Adiantamentos a fornecedores (nota 3.4.1)	58.510,62	62.194,62
Antecipações salariais (nota 3.4.2)	19.151,96	14.002,23
Antecipação de férias (nota 3.4.3)	244.816,38	297.294,76
Outros créditos e adiantamentos (nota 3.4.4)	3.498,05	19.295,32
Depósito judicial (nota 3.4.5)	84.687,27	83.261,27
Valores a Recuperar (nota 3.4.6)	527.293,29	0,00
Despesas Pagas Antecipadamente	28.397,32	29.887,68
Prêmios de seguros e outros a vencer (nota 3.5)	28.397,32	29.887,68
Estoques	1.044.362,43	1.273.042,55
Estoque Materiais e Medicamentos (nota 3.6)	1.044.362,43	1.273.042,55
Ativo Não Circulante	925.432,29	1.001.739,89
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.7 e 3.7.1)	925.432,29	1.001.739,89
Bens Móveis	925.432,29	1.001.739,89
Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso	2.659.276,65	2.632.626,13
Ajuste vida útil - bens terceiros - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso	(1.733.844,36)	(1.630.886,24)
Total do Ativo	62.361.421,66	40.941.155,82

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais		
Descrição	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(21.967.815,18)	(5.157.885,10)
(Aumento) Redução em estoques	384.464,17	(193.738,38)
Aumento (Redução) em fornecedores	2.485.889,81	541.556,03
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	17.417.899,58	5.786.763,63
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(76.307,60)	(201.502,43)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(1.755.869,22)	775.193,75
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de Bens de Terceiros	76.307,60	201.502,43
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	76.307,60	201.502,43
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	128.765.794,88	142.881.375,42
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	(127.328.794,88)	(144.169.375,42)
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	1.437.000,00	(1.288.000,00)
Aumento (Redução) nas disponibilidades	(242.561,62)	(311.303,82)
No início do período	295.886,26	607.190,08
No final do período	53.324,64	295.886,26

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2015 e 2014

Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos n.ºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretoria primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia dos Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **Características da Unidade Gerenciada:** A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi construída no bairro dos Pimentas, no município de Guarulhos, com verba federal e convênio com a Prefeitura Municipal de Guarulhos. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, tem por objetivo atender de forma equânime conforme os princípios do SUS, prestando serviços de assistência à saúde pública, com qualidade e compromisso social. A unidade é um hospital geral, atualmente com 121 leitos, que oferece assistência de urgência e emergência a cerca de 500 mil habitantes da região, com uma média de 7 mil atendimentos mensais, com gerenciamento de pro-

Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
PASSIVO	2015	2014
Passivo Circulante	61.267.227,32	39.237.058,15
Fornecedores (nota 3.8)	2.635.593,37	2.169.377,55
Serviços de Terceiros		
Pessoa Física/Jurídica (nota 3.9)	3.177.361,01	1.146.639,87
Salários a pagar (nota 3.10)	2.544.007,28	3.050.899,20
Contribuições a recolher (nota 3.11)	686.811,43	771.855,47
Provisão de férias (nota 3.13)	5.391.940,94	5.189.701,21
Provisão de FGTS sobre férias (nota 3.13)	431.355,28	415.193,68
Estimativa de rescisão contratual (nota 3.14)	11.695.967,01	11.362.981,81
Impostos a recolher (nota 3.12)	915.314,42	1.049.337,42
Obrigações Tributárias (nota 3.16)	152.598,99	172.326,49
Empréstimo a funcionário Lei 10.820/03 (nota 3.17)	88.676,43	93.621,23
Acordo Trabalhista a pagar (nota 3.18)	18.461,11	2.500,00
Outras contas a pagar (nota 3.20)	1.850.331,33	997.125,70
Recebimento de materiais de terceiros (nota 3.23)	210.798,81	55.014,76
Financiamentos/ Empréstimos/Parcelamentos (nota 3.22)	11.427.000,00	9.990.000,00
Outros valores de terceiros (nota 3.24)	267.302,86	0,00
Convênios/ Contratos públicos a realizar (nota 3.21)	19.773.707,05	2.770.483,76
Passivo Não Circulante	1.094.194,34	1.704.097,67
Provisão de Despesa Processos Cíveis (nota 3.19)	0,00	500.000,00
Provisão de Despesa Processos Trabalhistas (nota 3.19)	168.762,05	202.357,78
Provisão de Despesa Processos Tributários (nota 3.19)	0,00	0,00
Obrigações - Bens Móveis de terceiros (nota 3.7)	2.659.276,65	2.632.626,13
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis Terceira (nota 3.7.1)	(1.733.844,36)	(1.630.886,24)
Total do Passivo	62.361.421,66	40.941.155,82
Patrimônio Líquido (nota 5)	0,00	0,00
Resultado de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Déficit do Exercício	0,00	0,00
Superávit do Exercício	0,00	0,00
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	62.361.421,66	40.941.155,82

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais		
Descrição	2015	2014
1 - Receitas	102.020.309,21	102.693.976,74
1.1) Prestação de serviços	85.068.187,68	85.806.626,29
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercícios Anteriores	545.787,84	17.546,24
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	16.406.333,69	16.869.804,21
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	26.041.736,41	25.593.691,90
2.1) Matérias-primas consumidas	1.602,62	2.475,46
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	7.805.130,49	9.471.835,48
2.3) Serviço de terceiros e outros	18.235.003,30	16.119.380,96
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	75.978.572,80	77.100.284,84
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor Adicionado Líquido	75.978.572,80	77.100.284,84
6 - Valor Adicionado	73.265,63	236.450,03
6.1) Receitas financeiras	73.265,63	236.450,03
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	76.051.838,43	77.336.734,87
8 - Distribuição do Valor Adicionado	76.051.838,43	77.336.734,87
8.1) Pessoal e encargos	56.181.387,46	57.438.933,36
8.2) Impostos, taxas e contribuições	39.903,64	34.736,18
8.3) Juros	2.032.738,70	1.795.305,39
8.4) Aluguéis	1.391.474,94	1.197.955,73
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	16.406.333,69	16.869.804,21
8.6) Trabalho Voluntário	0,00	0,00
8.7) Lucros retidos / prejuízo do exercício	0,00	0,00

colocou de dor torácica, AVC com trombólise e sepses. O Ambulatório da unidade, estratificado por risco e integrado com a rede, atende cerca de 5 mil pacientes/por mês nas especialidades de cardiologia, endocrinologia, neurologia adulto e infantil, ortopedia e otorrinolaringologia. Também oferece serviço de reabilitação para pacientes ortopédicos e neurológicos, adulto e infantil, com disponibilização de aproximadamente 480 vagas mensais, com equipe multidisciplinar que envolve, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, acupuntura, ambulatório da dor e tai chi chuan. Disponibiliza também setor de apoio diagnóstico com exames de mamografia, tomografia, ecodopler, eletroencefalograma, eletroneurografia e ultrassonografia. O Convênio do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso foi celebrado em 07/08/2006 através do Convênio 01/2006-FMS entre a SPDM e a Prefeitura do Município de Guarulhos, com vigência de 5 (cinco) anos, com o objetivo de cooperação técnica para a gestão compartilhada em regime de cooperação mútua entre convenentes, nas atividades de assistência médica, ensino e pesquisas praticadas no Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso, com intervenção do Sistema Único de Saúde. A unidade teve suas atividades iniciadas em 18/09/2006. Em 01/08/2011 tivemos a renovação da parceria com o Município através do Convênio 1222/2011-FMS com vigência inicial de 30 (trinta) meses, tendo durante esse exercício a inclusão dos seguintes aditivos: TA 05-03/2014 no valor de R\$ 7.700.000,00 (Sete milhões e setecentos mil reais), TA 01-04/2015 no valor de R\$ 32.900.000,00 (Trinta e dois milhões e novecentos mil reais); TA 02-05/2015 no valor de R\$ 59.220.000,00 (Cinquenta e nove milhões, duzentos e vinte mil reais) sendo o último vigente até 31/03/2016, totalizando em 2015 o montante de R\$ 99.820.000,00 (Noventa e nove milhões, oitocentos e vinte mil reais). A gestão da unidade tem a participação direta da comunidade, representada pelos membros do "Conselho Gestor", onde a comunidade participa ativamente das decisões sobre a gestão do Convênio. O Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso tem o reconhecimento de qualidade em sustentabilidade e responsabilidade social, e em 2014 obteve a Acreditação ONA Nível II, tendo a manutenção do certificado aprovada em 2015. **Nota de Eventos Subsequentes:** Na data de 18.03.2016, a Prefeitura Municipal de Guarulhos notificou a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, através do Ofício nº 39/16, para que a instituição apresentasse os documentos necessários para a prorrogação do Convênio 1222/2011-FMS, vigente até 31.03.2016. A SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina atendeu o ofício em questão e aguarda a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos quanto à continuidade do gerencia-

Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais		
Descrição	2015	2014
Receitas Operacionais com Restrições - Afiliadas	0,00	0,00
Receita Bruta de Serviços		
Prestados com Restrições - Afiliadas	85.084.811,25	85.806.626,29
Prefeitura Municipal de Guarulhos (nota 4.1)	85.068.187,68	85.806.626,29
Trabalhos Voluntários (nota 8.4)	16.623,57	0,00
(=) Receita Líquida de Serviços		
Prestados com Restrições - Afiliadas	85.084.811,25	85.806.626,29
(+) Outras Receitas com Restrições - Afiliadas	17.008.763,59	17.123.800,48
Outras Receitas	502.252,30	5.870,59
Descontos Recebidos	0,00	0,00
Financeiras	73.265,63	236.450,03
Doações Recebidas (nota 4.3)	43.535,54	11.675,65
Ganhos de capital	0,00	0,00
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 8.1)	13.598.701,80	14.135.865,93
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 8.2)	238.962,68	159.739,50
Isenção usufruída - COFINS (nota 8.3)	2.552.045,64	2.574.198,78
(=) Receita Líquida com Restrições - Afiliadas	102.093.574,84	102.930.426,77
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições - Afiliadas	68.203.130,60	71.938.415,08
(-) Serviços - Pessoal Próprio	46.637.704,19	48.311.885,15
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	0,00	0,00
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	13.261.038,37	12.688.084,23
(-) Manutenção e Conservação	760.707,18	1.668.883,30
(-) Mercadorias	7.543.606,89	9.269.533,95
(-) Financeiras	16,00	0,00
(-) Outras Despesas	0,00	0,00
(-) Tributos	57,97	28,45
(-) Trabalhos Voluntários	0,00	0,00
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições - Afiliadas	33.890.444,24	30.992.011,69
(-) Despesas Operacionais com Restrições - Afiliadas	17.500.734,12	14.122.207,48
(-) Serviços - Pessoal Próprio	9.543.683,27	9.127.048,21
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física	1.194.813,44	798.697,47
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	3.983.295,50	1.952.537,71
(-) Manutenção e Conservação	426.623,75	209.133,98
(-) Mercadorias	263.126,22	204.776,99
(-) Financeiras	2.032.722,70	1.791.401,33
(-) Outras Despesas	0,00	3.904,06
(-) Tributos	39.845,67	34.707,73
(-) Trabalhos Voluntários	16.623,57	0,00
(-) Outras Despesas com Restrições - Afiliadas	16.389.710,12	16.869.804,21
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços próprios	13.598.701,80	14.135.865,93
(-) Isenção usufruída - INSS Serviços terceiros	238.962,68	159.739,50
(-) Isenção usufruída - COFINS	2.552.045,64	2.574.198,78
(-) Outras Despesas	0,00	0,00
(=) Superávit/Déficit do Período com Restrições - Afiliadas	0,00	0,00

mento dos serviços de saúde na região. **1 - Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **1.1 Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (

...continuação operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; VIII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao Atigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafo que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do **caput** não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o **caput** deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1 - Formalidade da escrituração contábil - Resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada. SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso,** Rua São José do Paraíso, 100 - Bairro Imperial, Guarulhos - SP CEP 07243-550, CNPJ nº 61.699.567/0013-26. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas à Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **3.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

	R\$	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e Saldos em Bancos		1,00	71.337,57
Aplicação Financeira de Curto Prazo		53.323,64	224.548,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		53.324,64	295.886,26

3.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição	Tipo de Aplicação*	Taxa %	31/12/2015
Banco Bradesco S/A	Invest Plus	0,8333	53.323,64

*As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **3.3 - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1-Prefeitura Municipal Guarulhos:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Convênio 1222/2011-FMS, celebrado entre a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e a Prefeitura Municipal de Guarulhos, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde em 01/08/2011.

Valores à Receber em 31.12.2015 (Em Reais)			
Tipo de Recurso	Vencidos	À Vencer	Saldo em 31.12.2015
Convênio 1222/2011-FMS	R\$ 9.310.293,29	R\$ 19.740.000,00	R\$ 29.050.293,29

Total Valores à Receber
3.3.2-Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2015, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual	Saldo em 31.12.2015
Aviso Prévio indenizado	R\$ 4.174.548,42
Multa 50% FGTS	R\$ 7.521.418,59
Total	R\$ 11.695.967,01

3.3.3-Valores em negociação: Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representem o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Es-

sência sobre a Forma. **3.4-Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1 Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. **3.4.2 Antecipações Salariais:** Os valores registrados nessa conta representam valores antecipados aos colaboradores que serão ressarcidos posteriormente. **3.4.3 Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT). **3.4.4 Outros Créditos e Adiantamentos:** Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **3.4.5 Depósito Judicial:** Representam valores a título de crédito, por ordem judicial, relativos a pagamentos de causas trabalhistas pendentes. **3.4.6 Valores a Recuperar:** Representam valores a título de crédito relativos a processo judicial cível que tramita em julgamento. **3.5-Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e seguro predial do imóvel da Entidade. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6-Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se de-

Demonsrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2.015	Posição em 31/12/2014	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2015
Imobilizado -Bens de Terceiros	2.632.626,13	107.462,41	(80.811,89)	2.659.276,65
Bens Móveis	2.632.626,13	107.462,41	(80.811,89)	2.659.276,65
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos				
Odontológicos Laboratoriais	837.970,20	29.659,69	0,00	867.629,89
Equipamentos Processamento de Dados	477.299,25	3.195,12	(72.268,38)	408.225,99
Mobiliário em Geral	786.618,86	11.377,00	(1.570,30)	796.425,56
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	292.242,08	11.683,35	(5.665,21)	298.260,22
Veículos de Tração Mecânica	34.700,00	0,00	0,00	34.700,00
Aparelhos de Medição	14.387,55	4.524,00	0,00	18.911,55
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	3.498,00	0,00	(485,00)	3.013,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	104.160,17	2.991,00	(100,00)	107.051,17
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	18.701,28	0,00	0,00	18.701,28
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	57.805,64	1.774,05	(723,00)	58.856,69
Máquinas e Utensílios de Escritório	5.243,10	458,20	0,00	5.701,30
Softwares	0,00	41.800,00	0,00	41.800,00
Total Imobilizado - Terceiros	2.632.626,13	107.462,41	(80.811,89)	2.659.276,65
Descrição	Posição em 31/12/2014	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2015
Ajuste Vida Útil-Bens de Terceiros	(1.630.886,24)	(245.440,97)	142.482,85	(1.733.844,36)
Bens Móveis	(1.630.886,24)	(245.440,97)	142.482,85	(1.733.844,36)
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos				
Odontológicos Laboratoriais	(470.224,63)	(85.160,99)	0,00	(555.385,62)
Equipamentos Processamento de Dados	(475.091,04)	(25.670,91)	138.973,61	(361.788,34)
Mobiliário em Geral	(374.648,53)	(79.486,08)	896,80	(453.237,81)
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(157.701,87)	(29.961,07)	2.165,26	(185.497,68)
Veículos de Tração Mecânica	(34.700,00)	0,00	0,00	(34.700,00)
Aparelhos de Medição	(11.111,36)	(1.740,40)	0,00	(12.851,76)
Aparelhos de Equip Comunicação	(1.844,22)	(329,60)	192,47	(1.981,35)
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(71.710,37)	(10.611,21)	82,50	(82.239,08)
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	(8.259,74)	(1.870,08)	0,00	(10.129,82)
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(22.823,62)	(5.881,58)	172,21	(28.532,99)
Máquinas e Utensílios de Escritório	(2.770,86)	(548,19)	0,00	(3.319,05)
Softwares	0,00	(4.180,86)	0,00	(4.180,86)
Total Ajuste Vida Útil Bens de Terceiros	(1.630.886,24)	(245.440,97)	142.482,85	(1.733.844,36)

Segundo o inciso II do § 3º do Artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **3.8-Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 Serviços de Terceiros Pessoa Física/Pessoa Jurídica:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, limpeza, manutenção e vigilância. **3.10 Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais, totalizando R\$ 686.811,43 (Seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e onze reais e quarenta e três centavos). **Contribuições a recolher**

INSS	213.418,20
FGTS	415.531,90
PIS	52.056,45
Contribuições sindicais	5.804,88

3.12 Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre folha de pagamento e ISS sobre serviços prestados por pessoa física, totalizando R\$ 915.314,42 (Novecentos e quinze mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos). **Impostos a recolher**

IRRF a recolher	913.745,83
ISS a recolher	1.568,59

3.13-Provisão de Férias e Encargos: Os valores dessa conta representam as provisões de férias e seus respectivos encargos com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14-Estimativa rescisão contratual:** Conforme nota explicativa, a Entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12, e passou a constituir provisões para rescisões de contrato. A unidade gerenciada constituiu estimativa possível rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2015, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado (Vide nota 3.3.2). **3.15-Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.16-Obrigações Tributárias:** Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes, conforme quadro abaixo:

Obrigações Tributárias	Total
INSS a recolher	29.938,15
ISS a recolher	3.188,03
IRRF a recolher	19.754,10
PIS/COFINS/CSL a recolher	99.718,71

3.17-Empréstimos a Funcionários: A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus colaboradores o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2015 representa R\$ 88.676,43 (Oitenta e oito mil, seiscentos e seten-

montra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2015 é de R\$ 1.044.362,43 (Um milhão, quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos). A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência. O montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas. (Resolução CFC Nº 1.170/09 (NBC TG 16)).

	Valores em Reais	31/12/2015	31/12/2014
Tipo			
Materiais utilizados no setor de Nutrição		56.587,96	73.494,75
Materiais utilizados no setor de Farmácia		238.390,89	448.128,95
Materiais de Almoxarifado		549.874,21	625.217,99
Empréstimos a Terceiros		199.509,37	126.200,86
Outros Materiais Transitórios / Produção SPDM		0,00	0,00
Total		1.044.362,43	1.273.042,55

3.7-Imobilizado-Bens de Terceiros: O imobilizado da SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. **3.7.1-Ajuste do Tempo de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2015
Imobilizado -Bens de Terceiros	107.462,41	(80.811,89)	2.659.276,65
Bens Móveis	107.462,41	(80.811,89)	2.659.276,65
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos			
Odontológicos Laboratoriais	837.970,20	29.659,69	867.629,89
Equipamentos Processamento de Dados	477.299,25	3.195,12	408.225,99
Mobiliário em Geral	786.618,86	11.377,00	796.425,56
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	292.242,08	11.683,35	298.260,22
Veículos de Tração Mecânica	34.700,00	0,00	34.700,00
Aparelhos de Medição	14.387,55	4.524,00	18.911,55
Aparelhos de Equipamentos Comunicação	3.498,00	0,00	3.013,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	104.160,17	2.991,00	107.051,17
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	18.701,28	0,00	18.701,28
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	57.805,64	1.774,05	58.856,69
Máquinas e Utensílios de Escritório	5.243,10	458,20	5.701,30
Softwares	0,00	41.800,00	41.800,00
Total Imobilizado - Terceiros	2.632.626,13	107.462,41	2.659.276,65
Descrição	Posição em 31/12/2014	Aquisição	Baixa
Ajuste Vida Útil-Bens de Terceiros	(1.630.886,24)	(245.440,97)	142.482,85
Bens Móveis	(1.630.886,24)	(245.440,97)	142.482,85
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos			
Odontológicos Laboratoriais	(470.224,63)	(85.160,99)	0,00
Equipamentos Processamento de Dados	(475.091,04)	(25.670,91)	138.973,61
Mobiliário em Geral	(374.648,53)	(79.486,08)	896,80
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(157.701,87)	(29.961,07)	2.165,26
Veículos de Tração Mecânica	(34.700,00)	0,00	0,00
Aparelhos de Medição	(11.111,36)	(1.740,40)	0,00
Aparelhos de Equip Comunicação	(1.844,22)	(329,60)	192,47
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(71.710,37)	(10.611,21)	82,50
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	(8.259,74)	(1.870,08)	0,00
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(22.823,62)	(5.881,58)	172,21
Máquinas e Utensílios de Escritório	(2.770,86)	(548,19)	0,00
Softwares	0,00	(4.180,86)	0,00
Total Ajuste Vida Útil Bens de Terceiros	(1.630.886,24)	(245.440,97)	142.482,85

ta e seis reais e quarenta e três centavos). **3.18-Acordo Trabalhista a pagar:** Os valores nessa conta representam os valores devidos em 31.12.2015 referente processos trabalhistas que foram negociados durante o exercício corrente. **3.19-Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a unidade da SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processos administrativos e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2015 era tida como provável, não houve valores para serem provisionados em contas do passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "provável", o valor apurado foi de R\$ 2.446.028,81 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, vinte e oito reais e oitenta

3.23-Recebimento de materiais de terceiros: Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. **3.24-Outros valores de terceiros:** Os valores dessa conta representam recebimento de materiais a título de empréstimos solicitados em situações de emergências. **3.25-Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.26-Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4-Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1-Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2-Custos e Despesas Operacionais:** Os valores dos custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e as despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e foram segregados e classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2015 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 43.535,54 (Quarenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), enquanto que em 2014 foi de R\$ 11.675,65 (Onze mil seiscentos e setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos). **4.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2015, a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0013-26

Convênios	R\$
Convênio 1222/2011	80.369.706,70

5-Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (item 11) e CFC 1305/10 (item 12 e 15), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, não houve movimentação na DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, nos períodos de 31.12.2013, 31.12.2014 e 31.12.2015, respectivamente. **6-Resultado do Exercício:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07

R1), Item 12, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Em 2015 a instituição recebeu repasses e outras receitas no montante de R\$ 80.488.760,18 (Oitenta milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta reais e dez eito centavos) e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, correspondendo a R\$ 85.703.864,72 (Oitenta e cinco milhões, setecentos e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos), considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de -R\$ 5.215.104,54 (Cinco milhões, duzentos e quinze mil, cento e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). Esse déficit ficaria consignado em conta específica do ativo, denominada "valores em negociação", ao final do contrato de gestão. Esse desequilíbrio financeiro pode estar associado ao aumento da demanda de atendimento, políticas de gestão, ausência de recursos ou reajustes financeiros/inflacionários para cobertura de dissídios coletivos, variáveis influentes para o desequilíbrio econômico-financeiro do convênio. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. A unidade SPDM - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), apresentou a seguinte produção em 2015:

Produção - 2015	SUS
Linha de Atendimento	7.106
Internações	7.124
Saída Hospitalar	45.443
Nº de paciente dia	1.517
Nº de Cirurgias	2.620
nº de Partos	15.674
Diárias de UTI - Total	N/A
Internação/Atendimento Domiciliar	81.561
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	107.730
Consulta/ Reabilitação/atendimento de urgência (PS/PA)	26.169
Atendimento Ambulatorial - Total com Reabilitação	18.342
Consulta médica	7.827
Atendimento não médico (sessões de fisioterapia)	N/A
HD/Cirurgia ambulatorial	N/A
SADT - Total	17.488
Transplante renal	N/A

8-Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 20 de agosto de 2014, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.153024/2014-03. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 16.389.710,12 (Dezesseis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e dez reais e doze centavos). Em 02 de setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face da Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: Demonstração de Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (Inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fis-

cais usufruídos (Inciso III alínea "c"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **8.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2015, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica monta em R\$ 13.598.701,80 (Treze milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e um reais e oitenta centavos). Em 2014, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 14.135.865,93 (Quatorze milhões, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e três centavos). **8.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2015 atingiu um montante de R\$ 238.962,68 (Duzentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e oito centavos). Em 2014 o referido valor de receita totalizou R\$ 159.739,50 (Cento e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos). **8.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2015 foi de R\$ 2.552.045,64 (Dois milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2014, esse montante foi de R\$ 2.574.198,78 (Dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e setenta e oito centavos). **8.4-Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. O montante desse serviço que se encontra consignado em contas de resultado em 2015 corresponde a R\$ 16.623,57 (Dezesseis mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e sete centavos). Em 2.014 a entidade entendeu por bem não mensurar as atividades relativas ao trabalho voluntário. **9-Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **11-Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Guarulhos, 31 de Dezembro de 2015.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Presidente do Conselho Administrativo da SPDM

Ata da 24ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local: Ao 18º dia do mês de abril de dois mil e dezesseis, às 09h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Clóvis R. Nakaie, Dra. Maria Inês Dolci e o Sr. José Eduardo Ribeiro, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão") e Dr. Paulo Paiva. **Convidados:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro, Nacime Salomão Mansur, Dr. Anderson Viar Ferraresi, Sra. Thais Pinhão e os Srs. Enio Santos e Srs. Mateus Ferreira e Ricardo Monello - Auditores Associados da Audisa. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2015 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: 1. Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas filiais, as Instituições: Hospital

Ronald Maia Filho
Diretor Técnico

tal São Paulo e de suas Instituições: Hospital Municipal Vereador José Storópoli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLO-

Regione Aparecida Fontes da Silva
Contadora - CRC 1SP218012/O-0

o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Piritiba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P.3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2015. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Thiatiane Paixão Alves, na qualidade de secretária desta reunião, elaborei a presente ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente. São Paulo, 18 de Abril de 2016. Thiatiane Alves - Secretária, Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo SPDM. gas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Piritiba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO XXIII) -, PAIS A.P.3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 19 de Abril de 2016. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.** RIPA), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVM), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente, os Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede de Assist. Superv. Téc. da Saúde VI Maria/ VI Guilherme (VLGUILHERM), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos

continua

continuação (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ), AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assist. Farmaceut. CEAF VI Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), além das unidades do **Relatório dos Auditores Independentes:** A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso**, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **3) Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a audi-

BRÁZ ROBERTO PILON - ME, torna público que requereu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação para Serviços de tratamento e revestimento em metais, sito à Avenida Eduardo Peixoto, 226, Jardim Nova Europa Limeira/SP.

AUTO POSTO IGARAI LTDA., torna público que requereu na CETESB a Licença Prévia e de Instalação para Comércio de Combustíveis para veículos automotores (postos revendedores), sito à Rua José Criscluma, n° 219, Distrito de Igarai, Mococa/SP.

MINERADORA VITAGUA ENVASADAS LTDA., torna público que requereu da CETESB a Licença Prévia para extração, engarramento e gaseificação de Água Mineral, sito à sito à Rua Nove, nº137, Getuba, CEP 11676-095 Caragatatuba/SP.

ALIQIGÁS DISTRIBUIDORA S/A, torna público que está recebendo da CETESB a Licença de Operação n° 37002793 (proc.37/00941/11), com validade até 10/03/2020 e a Renovação da Licença de Operação n° 37002792 (proc.37/00079/04), com validade até 10/03/2020, para as Atividades de Recebimento, Armazenamento, Envase, Comércio e Distribuição de GLP, sito à Avenida Ernesto Igel, 2928/2984, Bairro Bonfim, PAULÍNIA/SP.

MARCELO MARTINS DOURADO EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação N° 36009032 , válida até 26/04/2019, para Galvanoplastia serviço de, sito à RUA ITALIA MANFREDINI, 103, NUCLEO INDUSTRIAL ALERT Salto/SP.

EDITORIA 4 CORES LTDA - EPP, torna público que requereu na CETESB a Renovação da Licença de Operação para jornais, edição e impressão de, sito à Rua Silvío Alves Balbino, 431 JALES/SP.

G.A.MARTINS GRANITOS ME, torna público que RECEBEU DA CETESB A LICENÇA DE OPERAÇÃO N° 68000219 , VÁLIDA ATÉ 25/04/2019 , PARA PEÇAS DECORATIVAS EM MÁRMORE, GRANITO E OUTRAS PEDRAS FABRICAÇÃO DE , sito à RODOVIA OSWALDO CRUZ 2131 , BAIRRO DO MATO DENTRO UBATUBA /SP.

SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - DIVISÃO AUTOMOTIVA , torna público que requereu na CETESB a Renovação da Licença de Operação n° 48002933 válida até 21/07/2016, para a fabricação de tintas, vernizes, lacas e similares, sito à Estrada do Montanhão, 3000 - Montanhão, São Bernardo do Campo/SP.

AMBIENTAL PLAC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA – ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N° 5001731 e requereu a Licença de Operação para PISOS DE BORRACHA, FABRICAÇÃO DE, sito à Av. Arquiteto Clayton Alves de Corrêa, 443 – Vale Verde – Valinhos/SP.

L.L.M. INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDRÁULICOS, FERRAGENS E FERRAMENTAS - EIRELI ME, torna público que solicitou junto à CETESB a Licença Prévia e de Instalação, n° 91186188, para a atividade de Fabricação de Válvulas, registros e dispositivos semelhantes, peças e acessórios, , sito à Rua Latife Bassitt, nº 55, Jardim Monte Alegre Neves Paulista/SP.

ELOINA MANSANO GASQUES MADEREIRA - ME, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Simplificada N° 62000135, válida até 19.04.2020, para Móveis de madeira fabricação de , sito à AVENIDA JOAO AMADEU, 260, JARDIM DOUTOR EUPLHY , CEP -15.708 - 054 - Jales/SP.

AFP LACRES EIRELI EPP, torna público que requereu na CETESB a Licença de Operação para equipamentos de segurança industrial confecção de, sito à Avenida Cabreúva nº 180 Bairro Jacaré Cabreúva/SP.

M C RAMOS MARTIGNONI LISBOA , torna público que requereu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação para comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, sito à Avenida Dr. Simão, 727, Vila Tibiriça Pirajú/SP.

AUTO POSTO AMIGOS DE CANDIDO MOTA LTDA EPP, torna público que requereu da CETESB a Licença de Operação para combustíveis e lubrificantes para veículos comércio varejista , sito à RUA SÃO PAULO, 730, CENTRO CANDIDO MOTA/SP.

POSTO CATARINENSE LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N° 61000950 e requereu a Licença de Operação para Combustíveis e lubrificantes para veículos comércio varejista , sito à RODOVIA WALDOMIRO CORREA DE CAMARGO, KM. 58, PIRAPITINGUI, Itu/SP.

DECORLIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., torna público que recebeu na CETESB, a RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO n° 65002181 válida até 23/03/2020, para fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e estuque, para uso na construção civil , sito à Avenida Herminio Ometto, nº 1185, Jardim Santa Paula, em LEME/SP.

INSUFORTE NUTRIÇÃO VEGETAL LTDA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia N.º 46000733 e requereu a Licença de Instalação para Comércio de artigos agropecuários em geral, no mesmo estabelecimento, sito à Avenida Salvador Batista, 339 Jardim Bela Vista Itapetininga/SP.

BIOCHEMICAL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação N° 34007190 , válida até 25/04/2018, para Produtos de limpeza e polimento fabricação de à RUA PAPA SAO PIO X, 405, JD. LUCIA, MATAO, SUMARÉ., sito à RUA PAPA SAO PIO X, 405 JD LUCIA MATÃO SUMARE/SP.

KI-BOX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS E ESPELHOS LTDA., torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para Artigos de Vidros, fabricação de, sito à Av. Aurora Forti Neves, 1209, Jd. Santa Rosa, Olímpia/SP.

BIOCHEMICAL PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação N° 34007189 , válida até 25/04/2018, para Produtos de limpeza e polimento fabricação , sito à RUA PAPA SAO PIO X, 405 JD LUCIA MATÃO SUMARE/SP.

CASA PRONTA DECORAÇÕES LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação de Licença de Operação N° 52001912, valida até 26/04/2020, para Móveis de madeira fabricação de, sito à Rodovia Jaboticabal/Monte Alto - KM 01 - Zona Rural - Jaboticabal/SP.

Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU de Santa Catarina (PAIS SAMU), São Paulo (PAIS-SP), PAIS Administração (ADM) o PAIS Rede Assist. VI Form. Carrão Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assist. - STS Ipiranga/ Jabaquara/ Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assist. - STS Perus / Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/ São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assist. do Pari, Belém, Tatuapé, Mooca e Água Rasa (PAIS PARI), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família RJ (PABSF), PABSF Americana (AMERICANA), UPA João XXIII AP 5.3 (JOÃO toria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **4) Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contá-

USIMAFE USINAGEM EIRELI, torna público que requereu na CETESB a licença prévia (LP) concomitante com a licença de instalação (LI) para SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNO, FRESA, SOLDA E SEMELHANTES, sito à Av: Milton Hitos Yakashi, 248, CEP 15.920-000, em Vista Alegre do Alto/SP.

PANFER INDUSTRIAL LTDA., torna público que requereu da Cetesb a Licença Prévia e de Instalação, para Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários , sito à Rodovia SP 342 n° 125 - Distrito Industrial Irmãos Del Guerra - Espírito Santo do Pinhal/SP.

BESTSEAL INDÚSTRIA DE SELANTES E ADESIVOS S/A, torna público que recebeu da CETESB a Lic. de Operação n° 61002158 válida até 26/04/2018, p/ atividade de fabric. de adesivos e selantes para uso industrial, de origem animal, vegetal e sintética, sito à Av. Getúlio Vargas, 930, galpão 10A, Centro - São Roque/SP.

LAISE CRISTINA CORTI ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 36003483 e requereu a Licença de Operação para Pasta de amendoim fabricação de, sito à Rua Rodrigues Alves, 505 - Centro Salto/SP., sito à Rua Rodrigues Alves, 505 - Centro Salto/SP.

ROSANA DOS ANJOS FONSECA ME, torna público que REQUEREU DA CETESB,LICENÇA PRÉVIA,para atividade FABRICAÇÃO DE CERVEJAS ARTESANAL, sito à Rua Joaquim Sebastião Rodrigues Vieira,936-Fundos,Barro Jardim Panambi, PARAGUAÇU PAULISTA/SP.

A GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 34003226 e requereu a Licença de Operação para Pneus para automóveis, caminhões, ônibus, aeronaves, bicicletas, motoc, sito à RODOVIA ANHANGUERA, 0, SALTO GRANDE, KM 128, AMERICANA/SP.

CONVERHEAT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação N° 29007251 p/ FABRICAÇÃO DE MAQUINAS P/ INDÚSTRIA METALÚRGICA, PEÇAS E ACESSÓRIOS, FORNOS ELÉTRICOS, SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA, sito à RUA ADAMO ZAMBELLI, 420, CALCÁREA, CAIEIRAS/SP.

A GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 34003224 e requereu a Licença de Operação para Pneus para automóveis, caminhões, ônibus, aeronaves, bicicletas, motoc , sito à RODOVIA ANHANGUERA, 0, SALTO GRANDE, KM 128, AMERICANA/SP.

A GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 34003227 e requereu a Licença de Operação para Pneus para automóveis, caminhões, ônibus, aeronaves, bicicletas, motoc, sito à RODOVIA ANHANGUERA, 0, SALTO GRANDE, KM 128, AMERICANA/SP.

MINERADORA SANTA MARIA DE SERRA NEGRA LTDA EPP, torna público que requereu na CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e a Licença de Instalação para a fabricação de águas minerais naturais e artificiais , sito à Via Enzo Perondini s/ nº, Fazenda Santa Maria, Bairro dos Francos Serra Negra/SP.

CBC CONSULTORIA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 7003105 e requereu a Licença de Operação para Estações de transferência de resíduos perigosos, responsáveis pelo arm, sito à Rua Ronise Motta Pegoraro de Souza, 4-55, Distr Industrial III Bauru/SP.

PERFILDUTO INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA LTDA., torna público que requereu junto a CETESB Licença Prévia e de Instalação, para a atividade de Indústria, Comercio, Importação e Exportação de Calhas, Rufos, Eletro Calhas e outros Suportes e acessórios para condutores elétricos de metal e Com varejista de Prod. adquiridos de terceiros e Prest. Serv. de Instalação e Manutenção de Eletro-Calhas, sito à Rua Elizabeth Kollrer 201 - jd.São Vicente - cep. 13295-000 Itupeva/SP.

USI-TUBOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS TUBULARES EPP, torna público que torna público que torna público que torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação N° 34006873 , válida até 01/04/2019, para Tubos flexíveis de aço e torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N° 34001748 e requereu a Licença de Operação para Tubos flexíveis de aço, sito à AVENIDA INDUSTRIAL OSCAR BERGGREN, 1461, Z. PROD. INDL. 02 Nova Odessa/SP.

INDUSTRIA E COMERCIO PICOLO & PICOLO LTDA EPP, torna público que RECEBEU DA CETESB A LICENÇA PREVIA N° 63000233 PARA ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO FABRICAÇÃO DE , sito à AVENIDA MANOEL GOMES CASSACA, 1160, PARQUE INDUSTRIAL VARGEM GRANDE DO SUL/SP.

EDUARDO A. R. GUIZILINI COMBUSTÍVEIS ME, torna público que requereu na CETESB a renovação da licença de operação para, Combustíveis e lubrificantes para veículos comércio varejista, sito à RUA JERÔNIMO NARCISO RAMOS, 1344, CENTRO, MACAUBAL/SP.

ALCOOL FERREIRA S/A, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação n° 42002054 e requereu a Licença de Operação para fabricação de álcool destilado, sito à Estrada Municipal Jayme Alberto Bergstron, 0, CP 071, Distrito Industrial I Cordeirópolis/SP.

SUPERVE COMBUSTÍVEIS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação N° 71000852 , válida até 26/04/2021, para Combustíveis para veículos automotores (postos revendedores), comércio, sito à AVENIDA BRASÍLIA, 1432, CENTRO, BARÃO DE ANTONINA/SP.

SUZANA GUASTALLE FERNANDES ME, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação Simplificada N° 11000164 , válida até 25/04/2019, para Embalagens de papel, impressas ou não fabricação de , sito à RUA BEZERRA DE MENEZES, 999, VILA INDEPENDENCIA TUPÁ/SP.

IRRIGAÇÃO PENAPOLIS IND. E COM. LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação n. 13002685 para a atividade de Barra irrigadora, fabricação de, sito à Rod. Sargt. Luciano Arnaldo Covolan, km0+315 metros, no município de Penapolis/SP.

XXIII) -, PAIS A.P.3.2 (A.P.3.2), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), O PAIS A.P.1.0 (A.P.1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST.EVENT) e o CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social. Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 11 de Abril de 2016. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Profa. Dra. Ruth Guinsberg

beis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 31 de março de 2016. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3**, Ricardo Roberto Monello - Contador - CT-CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619, Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

ROSEMARI G. F. PACHECO IMPERMEABILIZANTES - ME, torna público que RECEBEU DA CETESB AS LICENÇAS PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO N. 36002504 E REQUEREU A LICENÇA DE OPERAÇÃO, PARA AT. DE OUTROS PROD. DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS NÃO ESPECIF. ANTERIOR., FABR. DE , sito à AVENIDA BERTIOGA, 1425 - VILA TUPI VÁRZEA PAULISTA/SP.

A CAMPOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAPACHOS LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Renovação de Operação para Tapetes (capachos) de borracha, fabricação de, como o n° do documento 32008302, sito à RUA SANAZAR MARDIROS, 605/611 (ANTIGO 186) - PRESIDENTE ALTINO - OSASCO/SP.

MN FIOS EIRELI - ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação n° 60002001 e requereu a Licença de Operação, para fabricação de fibras de polipropileno, sito à Rua José Soave, 105 – Jardim Ester - Itatiba/SP.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE NOVA GRANADA , torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação N° 14003768 e requereu a Licença de Operação para Atendimento hospitalar com internação, sito à AVENIDA HILDEBERTO A FERREIRA, 1271, CENTRO NOVA GRANADA/SP.

SEDNA ALUMÍNIO LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação n° 36009009, válida até 12/04/2020, para a atividade de Comércio Atacadista de Sucatas de Metal, Resíduos Sólidos de Metais, Moagem e Transformação em Tarugos, Beneficiamento de Sucatas, Fabricação e Comércio de Metais Ferrosos e Não Ferrosos, Comércio Varejista de Kits de Alumínio para Box, Janelas e Portas, sito à Rua Argentina, nº. 1498 – Bairro Guarau – Salto/SP.

CENTRO AUTOMOTIVO NOBREGA CAMPINAS LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia N° 5002059 e requereu a Licença de Instalação SD 91187387, para Posto de Combustível , sito à RUA CANÁRIO, 550, VILA PADRE MANOEL DE NOBREGA CAMPINAS/SP.

AUTO POSTO TRASMONTANO LTDA., torna público que requereu da CETESB a LICENÇA PRÉVIA para Posto de Revenda de Combustíveis e Lubrificantes, sito à AVENIDA JOÃO FIRMINO, Nº 1.300 SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP.

A DX INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP, torna público que recebeu da CETESB a Renovação da Licença de Operação N° 4006652, válida até 26/04/2018, para fabricação de Materiais para odontologia, n.e. , sito à RUA COIMBRA, 1702, VILA ELISA, RIBEIRÃO PRETO/SP.

REIS MASSI E CIA LTDA., torna público que requereu na CETESB a renovação da licença de operação para, posto de combustíveis , sito à RUA JORGE FAZOLINI, 515, NOVA RIBEIRÃNEA, RIBEIRÃO PRETO/SP.

POSTO PANTERA EIRELI, torna público que requereu na CETESB a Licença de Operação para Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores (Postos Revendedores), sito à AVENIDA LUIZ PEREIRA BARRETO, Nº 352, CENTRO, ARAÇATUBA/SP.

A EMPRESA ANGELO SERAFIM DOS SANTOS LARA - ME, torna público que requereu da CETESB a licença prévia e de instalação para atividade de produção de cavaco de madeira e pó de serra, sito à Rodovia José Luiz Sguario, s/n, Km 21, Bairro Centro, CEP 18435-000, Nova Campina/SP.

SANPHAR SAUDE ANIMAL LTDA ME, torna público que requereu à CETESB a renovação da Licença de Operação para atividade de fabricação de preparações farmacêuticas para uso veterinário, sito à Av. John Boyd Dunlop, S/N KM 8,5 Jd. Santa Clara Campinas/SP.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEERICA DA SERRA , torna público que solicitou a CETESB a licença de operação para o Empreendimento denominado Conjunto Habitacional M Boi Mirim-PAC Horizonte Azul , sito à Rovia José Simões Louro Junior,13.115, Jardim Jacira Itapeeric da Serra /SP.

EDGETOOLS FERRAMENTAS INDUSTRIAIS LTDA ME, torna público que requereu à CETESB a renovação da Licença de Operação para atividade de fabricação de fitas especiais, relaminadas, sito à Rua Rui Ildelfonso Martins Lisboa, 400, Campos dos Amarais Campinas/SP.

CERÂMICA ALFAGRÊS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA., torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para fabricação de placa cerâmica., sito à Rodovia Wilson Finardi, SP 191 km 82 + 965m. Ipeúna/SP.

CITROSUCO S/A AGRONDÚSTRIA , torna público que que requereu na CETESB a Licença Prévia para a produção de suco e concentrado de laranja, sito à Av Otto Barreto, 2000, Distrito Ind.II Araras/SP.

LUCARELLO PROJETOS LTDA ME, torna público que requereu na CETESB a Renovação de Licença de Operação para produtos diversos, fabricação de, sito à Rua Major Joaquim Silvério, 480 - Vila Gabriel Sorocaba/SP.

ESPECIALFLEX MOVEIS LTDA ME, torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação N° 7001678 , válida até 27/04/2020, para Conjunto estofado (exceto em metal ou madeira) fabricação de , sito à RUA PREFEITO JOSE PACHECO, 35, JARDIM SANTA ROSA BARIRI/SP.

FAXON QUÍMICA LTDA., torna público que recebeu da CETESB a Licença Prévia e de Instalação N° 34001796 e requereu a Licença de Operação para Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente, sito à RUA DO SOLDADOR, 210, JARDIM WERNER PLAAS, AMERICANA/SP.

MARILISA BORTOLOZO DOS SANTOS ASCARIZ – EPP , torna público que solicitou da CETESB a Licença Prévia, de Instalação e de Operação, para Bicicletas sem motor fabricação de, sito à RUA DOIS, 220, CASA 03, ESTANCIA MODELO, CEP: 13.790-000 SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA/SP.

GONÇALVES ELIAS COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA ME, torna público que solicitou a licença prévia, de instalação e de operação (LPIO) - SILIS e foi registrada com êxito nos bancos de dados da CETESB sob nº 91179970, para atividade de Fabricação de pallets de madeira, sito à Rua Dr. Felício Fernandes Nogueira 47, Centro, CEP 12980-000 Joanópolis/SP.